



***NARRATIVAS DE DOCENTES LGBTIA+: CURRÍCULOS E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS EM GÊNEROS E SEXUALIDADES***

***NARRATIVAS DE DOCENTES LGBTIA+: CURRÍCULOS Y PRÁCTICAS
PEDAGÓGICAS EN GÉNERO Y SEXUALIDADES***

***NARRATIVES OF LGBTIA+ TEACHERS: CURRICULA AND PEDAGOGICAL
PRACTICES IN GENDER AND SEXUALITIES***

John Jamerson da Silva Brito¹

Witembergue Gomes Zapparoli²

RESUMO

As práticas pedagógicas não somente compõem os currículos, mas os modificam e os produzem. As experiências de docentes LGBTIA+ podem possibilitar transgressões e (re)produções de outras/novas práticas no que tange as questões de gêneros e sexualidades. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar as narrativas de docentes LGBTIA+ acerca da (re)produção do(s) currículo(s) na educação básica sobre gêneros e sexualidades. A pesquisa foi realizada com docentes LGBTIA+, formados/as em Pedagogia que atuam em Imperatriz/MA no ensino fundamental (anos iniciais). A metodologia se baseou na técnica de Bola de Neve para contato, com a produção das narrativas por meio de Entrevista/Conversa e a Análise Narrativa em diálogo com os estudos *queerdecolonial* e (auto)biográficos. Conclui-se que os currículos existentes nos espaços educativos apresentam fortes discursos (re)produtores de normativas binárias de gêneros, ao qual os/as docentes LGBTIA+ percebem e tentam desconstruir através de transgressões cotidianas de (re)existência através de suas práticas. **PALAVRAS-CHAVE:** Currículos. Práticas Pedagógicas. Gêneros e Sexualidades. Docentes LGBTIA+.

RESUMEN

Las prácticas pedagógicas no sólo componen los currículos, sino que los modifican y producen. Las experiencias de docentes LGBTIA+ pueden permitir transgresiones y (re)producciones de otras/nuevas prácticas en materia de género y sexualidades. Por lo tanto, el presente trabajo tiene como objetivo analizar las narrativas de docentes

¹ Doutorando em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

² Doutor em Letras. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Imperatriz, Maranhão, Brasil.

LGBTIA+ sobre la (re)producción del(los) currículo(s) en educación básica sobre géneros y sexualidades. La investigación se realizó con docentes LGBTIA+, capacitados en Pedagogía que trabajan en Imperatriz/MA en educación básica (años iniciales). La metodología se basó en la técnica de Bola de Nieve para el contacto, con la producción de narrativas a través de Entrevista/Conversación y Análisis Narrativo en diálogo con estudios queerdecoloniales y (auto)biográficos. Se concluye que los currículos existentes en los espacios educativos presentan fuertes discursos (re)productores de normas binarias de género, que los docentes LGBTIA+ perciben e intentan deconstruir a través de transgresiones cotidianas de la (re)existencia a través de sus prácticas.

PALABRAS-CLAVE: Até 4 palavras-chave, separadas por ponto.

ABSTRACT

Pedagogical practices not only compose curricula, but modify and produce them. The experiences of LGBTIA+ teachers can enable transgressions and (re)productions of other/new practices regarding issues of gender and sexualities. Therefore, the present work aims to analyze the narratives of LGBTIA+ teachers about the (re)production of the curriculum(s) in basic education about genders and sexualities. The research was carried out with LGBTIA+ teachers, trained in Pedagogy who work in Imperatriz/MA in elementary education (initial years). The methodology was based on the Snowball technique for contact, with the production of narratives through Interview/Conversation and Narrative Analysis in dialogue with queerdecolonial and (auto)biographical studies. It is concluded that the existing curricula in educational spaces present strong discourses (re)producing binary gender norms, which LGBTIA+ teachers perceive and try to deconstruct through daily transgressions of (re)existence through their practices.

KEYWORDS: Resumes. Pedagogical practices. Genders and Sexualities. LGBTIA+ teachers.

Diversidade

e Educação

Considerações Iniciais

O gênero é entendido como uma construção social (Judith Butler, 2021; Guacira Louro, 2014) a partir de uma ideia binária de masculino e feminino, tendo uma dicotomia macho/fêmea, menino/menina prevalecendo como o padrão de “normalidade” em nossa cultura ocidental. Porém da mesma forma que a sua construção na nossa sociedade foi/é voltada para essa binaridade e heteronormatividade (Richard Miskolci, 2017), argumentamos em nosso texto através das análises das narrativas docentes que tais concepções podem ser desconstruídas por meio de movimentos de problematizações e reflexões sobre suas constituições.

Pensar a partir dessas ideias de construções sociais e culturais dos gêneros nos permite problematizar suas possíveis (des)construções. Mediante esse entendimento podemos afirmar que a escola possui um papel importante como espaço de disputa ao (re)produzir tais normativas binárias, mas também pode possibilitar transgressões, sendo o currículo um importante dispositivo nesse processo.

Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo analisar as narrativas de docentes LGBTIA+³ acerca da (re)produção do(s) currículo(s) na educação básica sobre gêneros e sexualidades. As narrativas aqui anunciadas, fazem parte da dissertação de Mestrado do primeiro autor (John Brito, 2023), e são parte de um processo narrativo de (des)construção dos/as docentes LGBTIA+.

A abordagem metodológica seguiu a Metodologia Bola de Neve, a qual envolve a indicação de participantes por meio de uma rede de contatos e recomendações entre si (Juliana Vinuto, 2014). Subsequentemente, foi conduzida uma Entrevista/Conversa (John Brito, 2023) com cada um/a dos/as sujeitos/as, entendendo que o processo de diálogo é a essência, e a conversa se torna a metodologia mais adequada para a partilha dessas experiências, e para a produção de suas narrativas. Posteriormente realizou-se uma Análise Narrativa (Jónata Moura, 2015) que foi dialogada e relacionada aos estudos *queerdecolonial* e (auto)biográficos.

A Entrevista/Conversa foi realizada por meio de um roteiro com temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa que deu origem a esse artigo. Foram gravadas em áudio e transcritas textualmente. As narrativas que iremos analisar nesse texto, são recortes dessas conversas, e foram selecionadas por serem as que apresentam um diálogo mais próximo ao objetivo que anunciamos anteriormente.

O trabalho estrutura-se com um tópico inicial, em seguida um tópico metodológico sobre os caminhos traçados, logo após algumas reflexões sobre currículos, práticas pedagógicas e gêneros e sexualidades a partir das narrativas dos/as docentes LGBTIA+, e por fim algumas considerações.

Conversas⁴ Metodológicas

A pesquisa de Mestrado que deu origem a esse trabalho parte da perspectiva (auto)biográfica (Christine Delory-Momberger, 2012) de pesquisa, tendo as histórias de vida (Franco Ferrarotti, 2010) como centralidade e plano de fundo para a problematização das narrativas, por meio das análises de alguns discursos (Michel Foucault, 1987) que as atravessam entorno das questões de gêneros e sexualidades no currículo.

³ O significado da sigla é Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais, transgêneras, intersexuais, agêneros e outras identidades de gêneros e sexualidades. Utilizamos essa sigla e não outra por entender que a mesma faz parte de um processo de acessibilidade para uma grande parte da população na forma de pronunciar e escrever, facilitando o diálogo a partir dela.

⁴ Utilizamos aqui o conceito de Conversa em Jorge Larrosa (2021), enquanto um movimento de diálogo e partilha de experiências, conhecimentos e saberes que se constroem e reconstroem coletivamente.

A forma de produção das narrativas partiu da entrevista/conversa (John Brito, 2023), permitindo uma maior interação e diálogo na partilha das experiências entre os/as sujeitos/as da pesquisa, ao passo que entende-se todos/as como produtores/as de experiências singulares, aonde em dados momentos relacionam-se e podem proporcionar formações coletivas, individuais e singulares de dadas realidades e contextos (Franco Ferrarotti, 2010).

A entrevista/conversa foi uma técnica que desenvolvemos na referida pesquisa de mestrado, na qual elaborou-se um roteiro com temáticas e não perguntas, pois entendemos que o diálogo seria um ponto chave para a construção das narrativas, talvez as perguntas poderiam provocar limitações para as experiências que seriam narradas, por isso optamos pelas temáticas que permitiram uma maior abrangência e liberdade (John Brito, 2023).

Sendo assim, as temáticas eram apresentadas para os/as docentes, e em seguida eles/as narravam. Em determinados momentos eram feitas inferências ou partilhas de experiências do próprio pesquisador com as trajetórias dos/as docentes, através de similaridades, aproximações e até distanciamentos de suas vivências. A técnica da entrevista/conversa permitiu que outras temáticas emergissem, tanto do pesquisador, quanto dos/as docentes, enriquecendo a produção narrativa.

Foram realizadas três entrevistas/conversas com dois professores gays e uma professora pansexual que são formados/as em Pedagogia e atuam na rede de educação básica de Imperatriz/MA, nos anos iniciais. Os/as sujeitos/as dessa pesquisa são Carlos, Paulo e G. Rodrigues, que concordaram no uso de seus nomes na pesquisa, conforme assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE⁵. Esse movimento de uso do nome real faz parte de um processo de valorização das suas identidades e trajetórias de vida, conforme sinaliza os estudos (auto)biográficos (Franco Ferrarotti, 2010; Christine Delory-Momberger, 2012; Jónata Moura, 2015; Jorge Larrosa, 2021).

O recorte dessas entrevistas/conversas que aqui explicitaremos serão voltados para a atuação nas práticas docentes e pedagógicas deles/as em suas respectivas turmas, e como percebem a inserção da temática de gêneros e sexualidades nos currículos.

A escolha da teoria *queer* como suporte para análise, se dá pelo seu potencial de reflexão acerca dos regimes político-sociais aos quais estamos imersos/as e de que forma regulam nossas vidas. Dentro dessa perspectiva as pessoas que mais são subalternizadas

⁵ Destacamos que a pesquisa que deu origem a esse trabalho foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da UFMA, e foi aprovada sobre número de Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE: 58956122.2.0000.5087 em novembro de 2022. Consultar o processo na Plataforma Brasil.

são aquelas que fogem e entram em desacordo com as normas e padrões sociais, aquelas que transgridem as sexualidades e os gêneros postos como normais no padrão binário (Guacira Lopes Louro, 2001, 2018; Richard Miskolci, 2017).

Em consonância a isso, também optamos pelos estudos decoloniais, que partem da ideia de colonialidade (Aníbal Quijano, 2010), ao qual realizam o movimento de decolonizar (Catherine Walsh, 2005) ao buscar outras formas e visões que nos permitam problematizar as constituições dos sujeitos em gêneros e sexualidades. Possibilitando o questionamento de discursos (Michel Foucault, 1987) e formas culturais que nos são impostas e legitimadas como naturais, mas na realidade partem de uma violência extrema desde o período colonial e que resistem até os dias de hoje, frutos dessa colonialidade (Pedro Pereira, 2015; María Lugones, 2008, 2014; Aníbal Quijano, 2010). Ao longo dessa pesquisa propomos um encontro entre estudos queer e decoloniais, como Pedro Pereira (2015) sugere, *queerdecolonial*.

Narrativas Docentes sobre Gêneros e Sexualidades nos currículos

O currículo que consideramos para esse trabalho, é visto como “vivo” (Marlucy Paraíso, 2015), aquele que é feito e produzido pelas pessoas que fazem parte da escola e da educação. Por mais que as temáticas de gêneros e sexualidades não estejam oficialmente presentes nos documentos curriculares que baseiam o trabalho pedagógico (John Brito, 2023), esses temas adentram nos espaços escolares através das experiências e vivências das pessoas que fazem parte.

Dessa maneira, o papel que as práticas pedagógicas (Maria Franco, 2015) têm ao produzir e desconstruir o currículo são importantes, pois a partir delas, o currículo que anteriormente é visto apenas a partir de determinada ótica, pode ser desconstruído e fabricado por meio de outras perspectivas que trabalhem com/a partir das diferenças e de temáticas historicamente silenciadas, como as questões de gêneros e sexualidades (Marlucy Paraíso, 2015).

A construção das diferenças, das distinções e das desigualdades faz parte do próprio processo de criação da escola e da forma como a mesma lida com as pessoas e com sociedade. Desde o momento do ingresso até o momento de separação e estadia nos espaços escolares, são realizadas separações e classificações que modificam a vivência escolar (Guacira Louro, 2014) a partir dessas divisões binárias.

Trazemos então a narrativa do Professor Carlos, ao qual ele explicita sua percepção de como a escola reagiu apenas pela sua simples presença enquanto um homem gay em um espaço escolar.

[...] a minha primeira experiência na docência lá em dois mil e nove, foi com crianças de um ano de idade. Então eu era o professor homem de crianças. Sim. Então isso foi uma loucura numa escola de zona rural. Porque como assim? Esse homem vai cuidar dos meus filhos? E no caso era berçário, era assim na zona rural, eles tem uma mistura muito grande. Eu tinha crianças de um ano, eu tinha um aluno de oito meses. E assim, quando eu cheguei eu era um, eu era o único homem na escola. E aí a diretora quando me recebeu, eu cheguei, eu entreguei a carta, ela meio que não sabia o que dizer e ela perguntou se eu não queria ficar na portaria da escola (Carlos, 2022, entrevista/conversa).⁶

José Sousa (2011) em sua pesquisa nos alerta e sinaliza isso que Carlos relatou, apenas por ser um homem ele não poderia estar naquele espaço, em especial com crianças pequenas, ademais que existe uma construção social de que esse papel não é para o homem, sendo uma função mais feminina (feminização da pedagogia), além do receio e medo de formas de violências sexuais que podem ocorrer por parte da figura masculina. Nesse sentido, podemos vislumbrar a partir da narrativa, o forte papel reprodutor das divisões e hierarquizações de gênero que a diretora realizou.

A contradição é combustível para a mudança e para a produção de outros currículos, a partir das relações e decisões empreendidas nos espaços escolares (José Sacristán, 2017). O currículo parte de determinações sociais, porém não necessariamente possui uma dependência hierárquica, ademais que pode e é modificado em cada caso e espaço específico, a partir das micro realidades, independente se para perpetuar os discursos ou modificá-los.

Esse conflito natural (José Sacristán, 2017) faz parte do processo de (des)construção dos currículos, pois a partir deles é que as realidades sociais entram em choque, e as contradições, alternativas e outras opções surgem e emergem tomando de conta do currículo e da sua produção por meio dos agentes que ali o fazem.

Sobre essas questões. E aí não só de sexualidade, mas de gênero. As relações que podem envolver homens, mulheres, as desigualdades, é uma coisa que não surge, ainda não surgiu com essa turma no caso de crianças de primeiro ano mas eu creio que é que no terceiro ano mais

⁶ Utilizaremos do recurso itálico para diferenciar as narrativas das citações diretas longas de autores/as.

ou menos eu acho que seja necessário (G. Rodrigues, 2023, entrevista/conversa.

G. Rodrigues em sua entrevista/conversa deixa explícito que para ela, existem certos níveis e idades em que as questões de gêneros e sexualidades podem e devem ser abordadas em sala de aula. Dessa forma, ela prefere não abordar em sua prática sobre tais assuntos, porém, ao perceber questões como brincadeiras, ou formas de *bullying*, ela intervém e tenta dialogar com as crianças, explicitando que as crianças podem brincar ou usar o que quiserem, independente do seu gênero.

José Sacristán (2017) aponta que as diferentes instâncias dos currículos apesar de teoricamente serem interdependentes, na prática interferem umas nas outras, por conta de todo o caráter subjetivo que cada docente atua dentro do espaço escolar e da sua sala de aula, ademais que utilizam e partem das relações e conexões que são estabelecidas no contato direto com os/as estudantes e com os conteúdos que previamente deveriam ser ensinados, mas por vezes podem sofrer alteração, dependendo da necessidade, ou propriamente da forma e construção que o/a professor/a realiza.

Michael Apple (2006) considera que a área do currículo faz parte de um processo de aperfeiçoamento e orientações que visam a melhoria da sociedade, porém isso faz parte de uma atividade social que tem apenas o interesse da manutenção das diferenças e das hierarquizações existentes, como forma de perpetuação a longo prazo dos papéis sociais. Desse modo, o processo de escolarização é visto como primordial seja para a alienação, seja para construção de uma reflexão crítica acerca dos discursos em gêneros e sexualidades, e do agenciamento e controle dos corpos (Michel Foucault, 1987).

Pensando nesse ponto, é na escola e por meio dos currículos que podemos tensionar e problematizar ideias postas como verdades absolutas, através de um processo de questionamento e desconstrução. Porém, também não podemos dizer que é simples, ou uma solução fácil, ademais que conforme Guacira Louro (2017, p. 61) nos diz: “diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva”, e tal qual, a nossa sociedade foi fundada em uma divisão colonial de gênero (María Lugones, 2014)

A escola não foi e ainda não é um espaço acolhedor das diferenças, mas sim um local que desde o processo de entrada faz uma divisão de diversas categorias que buscam normatizar e enquadrar em padrões (Richard Miskolci, 2017) as pessoas. O currículo faz

parte dessas divisões e classificações, conforme vimos anteriormente, a partir dele se determinam quais conteúdos devem estar em voga e quais não devem existir.

As instituições e as práticas escolares vão criando um ambiente e situações que naturalizam concepções de gêneros e sexualidades, pondo e enquadrando as pessoas em normativas que são tidas como normais e naturais, a partir de fatos culturais postos como únicos e imutáveis, que precisam ser seguidos (Guacira Louro, 2014).

Aquilo que meninas e meninos podem fazer são definidos na escola, “gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporado por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar, se aprende a *preferir*.” (Guacira Louro, 2014, p. 65, destaques do original). A escola não liberta, mas aprisiona a partir de um processo de classificação e engendramento que categoriza como normal e anormal, aqueles/as que fogem a essa normalidade heteronormativa são estimulados/as a entrarem no padrão e se adequarem, e se isso não for suficiente ou não atingir o objetivo, essas pessoas são excluídas e subalternizadas até o ponto do silenciamento.

A construção histórica do currículo, também em consonância a escola, é pautada na separação e na categorização das pessoas, a partir de conteúdos que são previamente definidos e estabelecidos, alguns como importantes para se estarem no currículo, e outros como não-importantes.

É um equívoco falar em “diferença ou diversidade no ambiente escolar” como se houvesse o lado da igualdade, onde habitam os/as que agem naturalmente de acordo com os valores hegemônicos e os outros, ou diferentes. Quando, de fato, a diferença é anterior, é constitutiva dessa suposta igualdade (Berenice Bento, 2011, p. 556).

A diferença então é fator primeiro que a igualdade, ao passo que a partir da diferença, é que o conceito da igualdade foi construído e estabelecido. No momento em que o percebimento da diferença do outro não era interessante ou aceitável para aqueles que detinham maior poder social, se estabeleceu então esse processo de hierarquização, ao qual uma inversão foi criada, onde para fazer parte e ter pertencimento, preciso me enquadrar em determinados padrões e papéis que me são impostos.

Ao falarmos de gêneros e sexualidades no espaço escolar e nos currículos, não é a diversidade que nos dá base, mas as diferenças, não é a igualdade que se busca, mas a equidade! Ter esses pontos é importante para entendermos o processo de assujeitamento que os currículos provocam em sujeitos/as que fogem aos padrões.

O processo bastante contundente dentro dos currículos e espaços escolares é o de aceitação, o de respeito para com as diversidades, mas sempre tratando e lidando com elas como estranhas, como anormais, mas por fim aceitáveis. Será que realmente esse seria o caminho ou o processo necessário para vencermos esses preconceitos e discursos hegemônicos? Acreditamos que não. Conforme Berenice Bento (2011) nos permite refletir, é por meio dessa diferença, e desse olhar para o outro com estranheza que as exclusões se perpetuam, porém o olhar com estranheza não é de todo ruim, ademais que somos todos/as diferentes, o ruim é olhar para o/a outro/a e não entender essa estranheza, compreender o processo de assujeitamento e invisibilização por detrás desse olhar é necessário.

Desse modo, as produções e reproduções das identidades nos espaços escolares já partem dessa estranheza, que provoca as violências, e as exclusões de gêneros, pondo e colocando todos/as que fogem aos padrões como subalternos/as e anormais, pois é por meio desse processo que não só se cria, mas se perpetua uma hierarquização e dominação social através do controle do corpo, e sendo então os currículos fortes e importantes dispositivos para a manutenção dessa diferenciação.

Afinal, é “natural” que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que “naturalmente” a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles e elas se “misturem” para brincar ou trabalhar? (Guacira Louro, 2014, p. 67).

A prática pedagógica provoca a distinção de gênero, do momento em que as filas, os grupos, as brincadeiras são direcionados por meio da divisão binária masculino e feminino, o/a docente entra em ação e não só reproduz, como produz um currículo normatizador que aprisiona e controla por meio da escolha, que a princípio parece inocente e natural, mas por detrás faz parte de um processo cultural e social histórico de construção heteronormativa dos gêneros.

A regulação dos corpos ocorre através não só dessas práticas pedagógicas em específico, mas de toda a forma que o currículo ganha dentro dos espaços escolares, através dos conteúdos, das avaliações, dos códigos e das práticas realizadas dentro e fora de sala de aula. Essa intervenção por vezes pode se realizar de forma direta ou indireta, e apresenta um caráter desigual e bastante potente, ao passo que induz, controla e orienta todos/as que estão presentes no espaço escolar (José Sacristán, 2017).

A naturalidade que se constrói essas práticas, por vezes não é notada, ao passo que não existe uma discussão nos espaços escolares, ou propriamente um olhar mais apurado ou atento para esses tensionamentos, o que apenas reproduz aquilo que a sociedade considera como natural e normal. A “fabricação” (Guacira Louro, 2014) dos/as sujeitos/as é feita cotidianamente e naturalmente por meio de simples falas, gestos que fogem a uma ideia de gênero, mas que estão ali, que fazem parte das suas constituições enquanto sujeitos.

Os sistemas estruturais sociais são alienantes e buscam de inúmeras formas prevalecer e instituir formas de produção, distribuição e organização das suas ideias e discursos. Nesse sentido, o currículo é utilizado como importante dispositivo para esse papel, ao passo que atinge de maneiras distintas diversas classes sociais, pessoas e assim influenciam da forma como desejam que seja posto.

O controle ocorre através do cultural, por vezes de forma velada com práticas cotidianas e que trazem em voga situações e questões naturais de forma explícita, tendenciando para o objetivo traçado. No caso das discussões de gêneros e sexualidades, esse processo é ainda mais violento, ao passo que são organizadas práticas naturais de exclusão e violação dos direitos, e são colocadas como corretas e adequadas.

As escolas e o ensino então adotam uma posição de resistência para com as temáticas que abarquem as diferenças, porém essa resistência não é forjada casualmente, mas através desse processo de reprodução estrutural e cultural provocada e gestada pelo sistema social que visa perpetuar seu agenciamento dos ideais e normas históricas que envolvem as questões raciais, sexuais, de gêneros e tantas outras que são inerentes aos seres humanos, e nos constituem como tais.

[...] nesses dois anos eu nunca tive a oportunidade de falar. É, nunca teve uma formação voltada ao professor pra trabalhar esses temas, como se quisessem excluir mesmo da escola, e os sistemas dizer que as famílias que têm a responsabilidade nesse caso. E isso acaba sendo prejudicial porque a gente não tem como falar disso. (Paulo, 2022, entrevista/conversa)

Ao observarmos essa narrativa e como se constroem as práticas e os currículos, entendemos que os processos excludentes se propagam de forma natural nos espaços escolares, impedindo que docentes possam agir, ou quando tal o fazem, são reprimidos/as e recriminados/as, o que acaba afastando o desejo e a vontade de abordar essas temáticas nos currículos.

“A educação, infelizmente, até hoje se constituiu em um conjunto de técnicas que busca fazer o Outro ser do jeito que a gente quer” (Richard Miskolci, 2017, p. 55), a partir de um padrão normativo que não respeita de forma alguma as individualidades, singularidades e existências diferentes dos seres humanos.

Os currículos são forjados a partir da ideia de padronizar e regular os corpos que dele fazem parte. Meninos devem fazer coisas de meninos, e meninas as coisas de meninas, não se pode falar sobre gênero, não se pode falar sobre prazer, não se pode falar sobre sexualidade. Todas essas questões são reguladas a partir do processo do estado em agenciar e querer que todos/as sejam iguais, pensem de uma forma unitária, a partir das ideias que os grupos dominantes tem, e desse modo, historicamente esses grupos buscam uma visão tradicional e ocidental do que é ser um homem, do que é ser uma mulher, e das divisões existentes.

A narrativa do professor Carlos nos diz como uma de suas aulas foi questionada, e o mesmo foi obrigado a não abordar sobre a temática de gênero por pressão da família e da gestão da escola em que atuava.

[...] preparei uma sequência, relacionando matemática e português dentro do tema de estatística e aí a gente ia trabalhar gráfico, porcentagem. E eu trabalhei com um livro, chamado Na Minha Escola Todo Mundo É Igual, e isso em português. Eu usei isso em português e matemática, eu trazia dados vários dados sobre questões sociais, de preconceito, discriminação, E um dos gráficos que eu apresentei pros meus alunos era sobre discriminação de gênero dentro do nosso país em tal período. E eu fui chamado na escola porque uma mãe ela foi reclamar do material que eu tinha usado que ela falou que eu estava trabalhando sobre gênero e aquele tema não era para tá sendo trabalhado com as crianças, que a escola não era o lugar para aquilo, e que no livro que eu abordei tinha uma parte que falava assim, é um é um livro em formato de poema. E aí ele falava assim tem até um que gosta de outro igual mas tudo bem. Então assim era um poema que a única referência que fazia a questão da identidade sexual era isso, mas de maneira tão leve e uma estrofe, que eu não vi problema nenhum. Nos questionamentos que eu fazia na minha sequência de atividades eu nem falava sobre isso. Eu abordei outras questões e talvez até por medo realmente eu não tenha falado sobre essa questão da identidade sexual. (Carlos, 2022, entrevista/conversa)

Através da narrativa de Carlos, percebemos como a temática de gênero é vista como um grande tabu, ao qual o professor estava trabalhando sobre outras questões de conteúdos com seus/suas alunos/as, e foi questionado sobre esse trabalho, apenas por um pequeno trecho de um poema que estava imerso em todo um objetivo, que não tinha como centralidade abordar sobre essa temática em específico.

A narrativa demonstra como os/as docentes LGBTIA+ possuem receio em abordar sobre tais temas, ao passo que a escola se apresenta então como um lócus de repressão e insegurança, por mais que essas questões estejam presentes e emergentes, os espaços escolares e os/as sujeitos/as que dele participam preferem ignorar, para que isso não seja visto ou questionado.

As instituições regulam através das construções e reproduções macros que a sociedade encaminha por meio das relações sociais e trocas que ocorrem, e em consonância a isso os currículos, e aqui voltados para conteúdos, de forma binária e excludente, não só camuflando situações, mas violentando e perpetuando processos ainda mais agressivos.

Observando atentamente todo esse processo histórico da escola e do currículo, percebemos que os mesmos estão totalmente direcionados e construídos para a exclusão, a segregação, e ousamos dizer até ao preconceito, contudo, apesar de todo esses processos hierarquizantes, como ainda os espaços escolares, os currículos e as escolas conseguem florescer a partir das diferenças?!

Nesse sentido, é necessário o desconfiar, o questionar, o problematizar as coisas simples, os gestos mais corriqueiros e tidos como banais, pois o engendramento dos corpos se construiu não a partir somente de um processo super complexo, mas de um processo simples e natural também, que foi aos poucos influenciando situações, discursos, falas e construções que por serem naturalizadas, tornam-se ainda mais difíceis de serem percebidas e desconstruídas.

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores (Guacira Louro, 2014, p. 68, destaques do original).

Nós produzimos as diferenças no espaço escolar, a partir de todos os procedimentos que envolvem o ensino e a aprendizagem, mas para além, isso faz parte de um sistema que envolve o currículo e as normativas exteriores, que apenas nos conduzem para determinadas questões, e que provocam e ocasionam nessas constituições. “A gente aprende a ensinar como se ensinar fosse um processo bem-sucedido em que no final, todo mundo pensa como você, age como você e vive como você.” (Richard Miskolci, 2017, p. 55).

É necessário conforme pontuamos anteriormente, questionar, e refletir sobre o processo que o currículo produz, ademais que é através da contradição, e por meio dela que se estabelecem diversas interpelações no ambiente escolar. Sendo necessário questionar não apenas os conteúdos ensinados, mas como são ensinados, e para que os/as nossos/as estudantes devem e desejam aprender.

A intencionalidade deve fazer parte da prática docente, para que ela não se perca, e se torne apenas mais uma prática reprodutora (Maria Franco, 2015). É preciso estabelecer objetivos que sejam possíveis, e que partam das realidades, objetivando determinada intenção, para que assim seja então uma prática pedagógica efetiva na produção dos currículos que abarquem e trabalhem com/a partir das diferenças.

Considerações Finais

A possibilidade de desconstrução se apresenta em nosso texto como argumento central, e torna-se primordial para pensar em um currículo e em práticas pedagógicas outras que possibilitem a mudança desse currículo, para que ele deixe de ser uma prisão, e torne-se uma força, um local de libertação, de singularidades, de contextos diversos e múltiplos que não sejam apenas aceitos ou respeitados, mas acolhidos, compreendidos e amados. O currículo apesar de possuir esse caráter histórico de repressão, se torna um espaço fértil de subversão e transgressão, principalmente quando olhamos os movimentos de resistência que as narrativas indicaram.

Nosso objetivo foi apresentar reflexões acerca da (re)produção do(s) currículo(s) a partir da perspectiva de docentes LGBTIA+ na educação básica, ao qual então compreendemos que as escolas e os currículos demonstram resistência em abordar e inserir essas temáticas, excluindo e provocando hierarquizações, apesar dos/as docentes LGBTIA+ perceberem e sentirem a necessidade, entendem que esse processo é difícil de ser inserido em suas práticas. Entretanto, mesmo com tais resistências, a simples presença e existência deles/as provoca subversões, tensões e incômodos (John Brito, 2023).

Percebe-se mediante as análises das narrativas, que mesmo com os processos de silenciamento produzidos pela escola e os currículos, as práticas dos/as docentes tensionam, provocam escapes, vazamentos e subversões nesses currículos, seja através das vivências dos/as estudantes com questões que emergem, ou da própria existência desses/as docentes como pessoas LGBTIA+. Essas presenças por si só já desestabilizam as normativas binárias desses currículos.

Dessa forma, é necessário repensar os currículos e seu papel (re)produtor nos processos sociais, porém, entendemos que esse mesmo currículo pode ser dispositivo de mudança, transformação, subversão e transgressão, através de práticas e processos sociais que abarquem as diferenças, problematizem a existência das múltiplas identidades de gêneros e sexualidades, e por fim possam produzir ideais de equidade, e não mais de exclusão e subalternização.

Referências

- APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. 3º ed. Porto Alegre, Artmed, 2006. 288p.
- BRITO, John Jamerson da Silva. **NOSSA PRESENÇA INCOMODA!?** A (re)produção dos currículos na formação/experiência de sujeitos docentes LGBTIA+. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas. Universidade Federal do Maranhão, 2023, 192f.
- BENTO, Berenice. Na Escola se Aprende que a Diferença Faz a Diferença. **Estudos Feministas**. Florianópolis, maio-agosto/2011.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21º ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2021.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**. v. 17 n. 51 set.-dez. p. 523 – 536. 2012.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 33-57.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FRANCO, Maria Amélia Rosário Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educação e Pesquisa** [online]. 2015, v. 41, n. 3, pp. 601-614. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201507140384>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Tradução Cristina Antunes e João Geraldi. 1 ed. 5 reimp. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2001, vol. 9, n. 2, pp.541-553.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3. ed. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2018. 109 p.

- LUGONES, María. “Colonialidad y género”. **Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9, p. 73-101, jul./dic. 2008.
- LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Cadernos da Diversidade nº 6, 3 ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, UFOP– Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.
- MOURA, Jónata Ferreira de. **Narrativas de vida de professores da educação infantil na constituição da formação docente: as marcas e as ausências da matemática escolar**. 2015. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade São Francisco, Itatiba, 2015
- PARÁISO, Marlucy Alves. Um currículo entre formas e forças. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 49-58, jan.-abr. 2015.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer decolonial: quando as teorias viajam. **Contemporânea – Revista de Sociologia da Ufscar**. v. 5, n. 2, p. 411-437, 2015.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, p. 72 – 117, 2010.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3º ed. Porto Alegre, Penso, 2017. 352p.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3º ed. 12º reimp. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2020. 156p.
- SOUSA, José Edilmar de. **Por acaso existem homens professores de Educação Infantil?: um estudo de casos múltiplos em representações sociais**. 2011. 206f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2011.
- VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 1 nov. 2022.
- WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial**. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. 297 p.

Recebido em março de 2024.

Aprovado em julho de 2024.